

AS EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE QUINZE TRABALHADORAS DA FÁBRICA COTADA S.A, A PARTIR DE PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE PELOTAS

ARIANE REGINA BUENO DA CUNHA¹; LORENA ALMEIDA GILL²

¹*Universidade Federal de Pelotas – ariane_buenocunha@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX e início do século XX, o Brasil foi marcado por um processo de ondas imigratórias, inseridas no amplo decurso da expansão do capitalismo a nível mundial. Esse momento coincidiu com o processo de transição de uma economia brasileira até então baseada na mão de obra escravizada para uma economia fundamentada na mão de obra livre. De acordo com Brito (2011), no Rio Grande do sul, a produção do charque, que se configurava como uma das principais atividades econômicas do Estado, sofreu uma forte crise ao final do século XIX com a abolição da escravatura, e com isso, aos poucos, foi ocorrendo uma mudança no perfil econômico, efetivada, sobretudo, com a chegada dos imigrantes europeus. Articulou-se, assim, a transição da economia saladeril para a industrial, fomentando a produção de bens relacionados ao setor agropecuário, tais como: bebidas, têxteis, vinhos e alimentos.

No município de Pelotas, as primeiras fábricas surgiram a partir da segunda metade do século XIX e se intensificaram na primeira metade do século XX. Em um primeiro momento, estavam ligadas ao setor pecuário, sobretudo por conta do charque, porém, aos poucos, foi ocorrendo uma diversificação da produção local, orientada para o aproveitamento dos recursos naturais da região (FUNDAÇÃO DE REPLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DE PELOTAS, 197-).

Na década de 1950, Pelotas configurava-se como o segundo centro de maior produção industrial no Rio Grande do Sul, ficando atrás somente da capital, Porto Alegre¹. Dessas indústrias, a maioria ligava-se à produção de gêneros alimentícios, tais como a Indústria de Conservas Mello (1970), Pomar Casa Verde Indústria de Alimentos LTDA (1977) e Companhia Atlântida de Indústria e Comércio de Produtos Alimentares (Cotada S.A) (1959).

Com relação a essa última fábrica, que antigamente era voltada a produção de massas e biscoitos, tendo grande contribuição para o desenvolvimento econômico de Pelotas e que, atualmente, compõe o Centro de Engenharias da UFPel, até o momento não foram encontradas produções acadêmicas, seja na Universidade Federal de Pelotas ou em outras instituições. Há apenas algumas poucas pesquisas que, ao abordarem sobre o parque industrial em Pelotas ou analisarem o Patrimônio Industrial da UFPel, acabam trazendo um breve histórico da Cotada S.A, porém sem fazer quaisquer menções sobre as condições de trabalho dos funcionários e funcionárias.

Além disso, percebeu-se que esses poucos dados apontados nos trabalhos entram em contradição no que tange ao ano inicial da construção e funcionamento da fábrica, o nome dos diretores, a data em que vai ocorrer a alteração do nome da empresa (Companhia Atlântida de Indústria e Comércio de Produtos Alimentares-

¹ <https://wp.ufpel.edu.br/patrimonioindustrial/o-projeto/patrimonio-industrial-de-peletas-rs/> Acesso em 10 de agosto de 2022.

Cotada S.A e Atingo Produtos Alimentícios Ltda), e a informação sobre qual empresa esteve primeiro em funcionamento.

Por conta disso, percebeu-se a necessidade de se pesquisar sobre a Cotada S.A, com o objetivo de buscar novos materiais e informações que elucidassem a questão do histórico da fábrica e que possibilitasse, sobretudo, compreender a trajetória e as condições de trabalho dos seus trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, o presente trabalho, que se encontra em um estágio inicial, vai discorrer, primeiramente, sobre a fundação da fábrica, apontando observações feitas por estudos anteriores e trazendo novos elementos, a partir da atual pesquisa em certidões de imóveis, salvaguardadas pelo Rocha Brito Serviço Notarial e Registral e, em seguida, apresentará as experiências, os pleitos e as dificuldades laborais de quinze mulheres que trabalharam na fábrica Cotada S.A, entre o final década de 1960 e início da década de 1980, tendo em vista a pesquisa que vem sendo realizada nos processos trabalhistas do acervo da Justiça do Trabalho², salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner, da UFPel.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada corresponde à análise documental proposta por Cellard (2012). Segundo o autor é preciso avaliar preliminarmente cada documento, os quais devem ser criticados a partir do seu contexto, interesses, autores, confiabilidade, elementos da problemática ou do quadro teórico e natureza do texto. Dessa forma, o documento pode auxiliar na compreensão do processo de constituição e desenvolvimento de indivíduos, grupos, mentalidades e comportamentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Amaral (2000) o complexo de edifícios pertencentes à Cotada S.A situava-se à Rua Benjamin Constant sob o nº 987 e 989. Os prédios teriam sido construídos e adquiridos pela Companhia em épocas diferentes. No lugar em que funcionava a Receita Federal, foi construído um prédio de três andares estruturado em madeira, que pegou fogo na década de 1960, porém, por exigência dos sócios diretores o prédio foi reconstruído. Foi feita ainda a construção de um novo moinho de seis andares e adquiridos outro galpão e um armazém.

Segundo a autora, inicialmente o moinho pertencia à companhia Luís Loréa S.A, passando posteriormente à Cotada S.A, tendo como diretores David Dao Yen e Mao Leo Kang. O complexo, além de moinho, funcionava como fábrica de massas e bolachas. No ano de 1983, a razão social da empresa foi mudada, passando a chamar-se Companhia Atlântica de Indústria e Comércio, atuando até seu fechamento como Atingo Produtos Alimentícios Ltda.

Já Carvalho e Ferreira (2011) *apud* MICHELON (2019), apontam que a construção da fábrica se deu pela Companhia Atlântida de Indústria e Comércio de Produtos Alimentares (Cotada) no início da década de 1940, a partir de investimentos vindos de Hong Kong. Esse primeiro grupo teria atuado até 1966, quando outro grupo chinês comprou a empresa, passando o seu nome para Atingo Produtos Alimentícios Ltda, iniciando suas atividades sob a supervisão do Sr. Joseph Hung.

Porém, segunda a mesma autora, pesquisas mais recentes afirmam que o prédio construído em 1959, pertencia a empresa Cisa S.A, nome oficial do grupo Atingo Produtos Alimentícios e que, apenas após algumas décadas, teria passado a abrigar a Fábrica de Massas e Biscoitos Cotada.

² Para saber mais ver: GILL e LONER, 2014.

De acordo com Amaral (2000) a fábrica teve sua fase mais próspera nas décadas de 1960 e 1970, sendo que em 1979 contava com trezentos e dez funcionários, cinco caminhões baú para transporte e seis kombis para distribuição local. De acordo com MICHELON (2019) toda a estrutura do prédio foi pensada para distribuir a produção por todos os seus pavimentos, sendo a área mais alta o processo de moagem do trigo, que chegava em grãos. Após esse processo, o produto era escoado por canaletas para os pisos inferiores.

Porém, na década de 1980, a Cotada S.A começou o seu declínio, até o seu fechamento, em 1998. No ano de 2009, a Universidade Federal de Pelotas realizou a compra do prédio, para a implantação do Centro de Engenharias, sendo implantado também o setor de TV do Centro de Educação à Distância da Universidade.

Até o momento, foram encontradas cinco certidões referentes à Cotada S.A. Observou-se, a partir delas, que durante o ano de 1986 até o ano de 1990 a fábrica levava o nome de Atingo Produtos Alimentícios Ltda. Esse dado aparece, primeiramente, em uma certidão de arrendamento de um caminhão, datada de 1986, em que na ocasião, foram intervenientes Huang Yao Ding Joseph e Francis Huang. Outra certidão mostra que em 1990 a fábrica, que no momento tinha como diretor Pui Chung Kung, conferiu a representação comercial de sua linha de Massas Alimentícias de marca Cotada, nas versões com ovos, sêmola e comum massas caseiras ao grupo Hiller e Hiller Ltda.

Os outros três documentos dizem respeito a empréstimos realizados pela empresa Atingo Produtos Alimentícios Ltda. Um deles ocorreu em março de 1986, tendo como intervenientes avalistas Pui Chung Kung e Barbara Huang. Os outros dois foram em 1990, década de falência e fechamento da fábrica. Ambos realizados no mês de janeiro. Nos dois documentos os intervenientes avalistas foram Pui Chung Kung, Huang Yao Joseph e Francis Huang.

Como ainda não foram encontradas outras certidões, não foi possível averiguar o exato momento em que as empresas trocaram o nome ou confirmar o ano de início das atividades da fábrica. Porém, as pesquisas que vêm sendo realizadas no Acervo da Justiça do Trabalho, apontam para o seu funcionamento pelo menos desde 1956, ano em que aparece o primeiro processo trabalhista contra a Cotada S.A (a data do último processo é 1991). Ao total, foram encontrados 104 processos trabalhistas envolvendo a fábrica pesquisada, sendo que em 4 processos, foram reclamantes a própria empresa, em 2 processos foram reclamantes o Sindicato de Alimentos Pelotas. Ainda, 83 processos foram demandados por homens e somente 15 por mulheres.

Percebeu-se que, entre as trabalhadoras, a demanda mais recorrente foi pela homologação pela opção pelo FGTS, aparecendo em 9 processos, ao final da década de 1960 - anteriormente a 1966 os trabalhadores possuíam apenas a estabilidade decenal. Em seguida, aparecem dois pleitos pelo salário maternidade, o primeiro é de 1968 e o segundo de 1979. Em ambos os processos, as trabalhadoras entraram em acordo com a fábrica reclamada. Porém, embora o fechamento tenha tido um resultado favorável às reclamantes, uma delas era solteira, o que além de implicar em prováveis dificuldades financeiras, a colocava sob os olhares preconceituosos da sociedade machista e patriarcal do século XX, uma vez que se esperava das mulheres que fossem casadas, mães e responsáveis pela harmonia do lar, de modo que qualquer desvio dessas funções comprometia o olhar que se tinha sobre o gênero feminino.

Em 1968 apareceu ainda um pleito por justiça gratuita, uma vez que a reclamante tinha promovido uma reclamatória contra a fábrica, mas era pobre e não

tinha condições de arcar com as custas processuais, o que foi deferido pelo juiz. Já em 1974, uma trabalhadora pleiteou diferenças salariais, domingos e feriados, FGTS e salário família de 3 filhos, tendo como resultado um acordo firmado com a reclamada.

Já no ano de 1980, uma operária pleiteou indenização e aviso prévio, porém, em decorrência do seu não comparecimento no dia da audiência, o processo foi arquivado. Por fim, em 1986, apareceu um pleito por insalubridade, uma vez que a reclamante trabalhava no interior da fábrica de massas, local insalubre devido a presença de vários agentes nocivos à saúde, tais como: temperatura e ruídos acima dos níveis permitidos e iluminação deficiente, não tendo para uso nenhum Equipamento de Proteção Individual (EPI) e não recebendo nenhum adicional. Como resultado a reclamada e a reclamante entraram em um acordo.

Apesar do resultado ter sido favorável à reclamante, a sua experiência permite refletir sobre as condições insalubres em que Ceni e, provavelmente, muitos outros trabalhadores e trabalhadoras, estavam expostos durante a sua jornada de trabalho. Mesmo com a presença de agentes nocivos, a reclamante não tinha EPI, (o que possivelmente era a realidade de outros funcionários e funcionárias) estando sujeita a diferentes riscos à saúde.

4. CONCLUSÕES

Os documentos da Justiça do Trabalho são fontes muito ricas para se pensar a respeito do cotidiano laboral dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir das narrativas e dos documentos presentes nos processos. Especificamente no tocante a história das mulheres, os arquivos judiciais se mostram fontes indispensáveis, uma vez que, em outras documentações, os setores marginalizados, como os mais pobres, por exemplo, acabam não deixando muitas marcas.

Assim, a pesquisa que vem sendo realizada nas certidões e nos processos do acervo da Justiça do Trabalho, salvaguardados pelo NDH, para além do entendimento sobre o processo de construção e falência da Cotada S.A, tem possibilitado observar as experiências laborais dos trabalhadores e, principalmente, das trabalhadoras, sobretudo no que diz respeito às suas condições de trabalho e lutas cotidianas no pleito a garantia de seus direitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Simone Alves. Morada Estudantil - Reciclagem da antiga Companhia Atlântica Indústria e Comércio Produtos Alimentares - Cotada S.A: situação, localização, implantação e cobertura, MEC, UFPel, FAUrb, DAUrb, 2000.

BRITO, Natalia Daniela Soares Sá. Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS). Dissertação de mestrado - Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2011. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2427/dissertacao%20natalia%20daniela%20britto.pdf?sequence=1>

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012, pp. 295-316.

FUNDAÇÃO DE REPLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DE PELOTAS. Estudo e propostas alternativas para o desenvolvimento industrial. Pelotas [s.n] 197-, 115 p.

GILL, Lorena e LONER, Beatriz. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. Esboços (UFSC), v. 21, p. 109-123, 2014.

MICHELON, Francisca Ferreira (org). O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas. – Pelotas: Ed. UFPel, 2019. 165 p.